

Vilhena Energia Renovável S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	9
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	18
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
6 FUNDOS VINCULADOS	19
7 IMPOSTOS A RECUPERAR	19
8 IMOBILIZADO	20
9 DIREITO DE USO	20
10 FORNECEDORES	21
11 FINANCIAMENTOS	21
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	22
13 ARRENDAMENTO A PAGAR	22
14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
15 DESPESAS OPERACIONAIS	23
16 TRIBUTOS DIFERIDOS	24
17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	24
18 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	24
19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	27
20 EVENTOS SUBSEQUENTES	28

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Vilhena Energia Renovável S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Vilhena Energia Renovável S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vilhena Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 09 de abril de 2024.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	620	2	Fornecedores	10	4	-
Fundos vinculados	6	21	-	Financiamentos	11	489	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	19	-	Impostos a recolher	12	46	-
Outros créditos		<u>7</u>	<u>-</u>	Arrendamentos a pagar	13	9	-
				Outras obrigações		<u>87</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>667</u>	<u>2</u>	Total do passivo circulante		<u>635</u>	<u>-</u>
Imobilizado	8	13.390	-	Financiamentos	11	10.959	-
Direito de uso	9	<u>555</u>	<u>-</u>	Arrendamentos a pagar	13	615	-
				Tributos diferidos	16	<u>329</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>13.945</u>	<u>-</u>	Total do passivo não circulante		<u>11.903</u>	<u>-</u>
				Patrimônio Líquido	14		
				Capital social		2.600	6
				Prejuízos acumulados		<u>(526)</u>	<u>(4)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>2.074</u>	<u>2</u>
Total do ativo		<u>14.612</u>	<u>2</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>14.612</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais	15	<u>(193)</u>	<u>(4)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(193)</u>	<u>(4)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(193)</u>	<u>(4)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	<u>(329)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(522)</u>	<u>(4)</u>
Quantidade de ações do capital social no fim do exercício		<u>2.600</u>	<u>6</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$			
Lucro básico por ação		<u>(0,20)</u>	<u>(0,67)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	(522)	(4)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(522)</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Total
	Capital Social	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Aumento de capital social	6	-	(84.544)
Resultado do exercício	-	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	(4)	2
Aumento de capital social	2.594	-	2.594
Resultado do exercício	-	(522)	(522)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.600	(526)	2.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(193)</u>	<u>(4)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	23	-
Juros sobre arrendamentos	46	-
Juros de empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(124)</u>	<u>(4)</u>
Variações em :		
Fundos vinculados	(21)	-
Impostos a recuperar	(19)	-
Outros créditos	(7)	-
Fornecedores	4	-
Obrigações tributárias	46	-
Outros passivos	<u>87</u>	<u>-</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>(34)</u>	<u>(4)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(34)</u>	<u>(4)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	<u>(12.442)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(12.442)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	2.594	6
Captação de debêntures	<u>10.500</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>13.094</u>	<u>6</u>
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	618	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>620</u>	<u>2</u>
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício	<u>618</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vilhena Energia Renovável S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 01 de junho de 2022, sediada na Praia de Botafogo, 228, 9º andar, sala 911, parte, Bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Atua na locação e operação de usinas solares de minigeração distribuída, na modalidade de geração compartilhada. A companhia possui uma usina fotovoltaica (UFV) construída, situada em Vassouras – RJ, em uma área de 3,2 hectares com potência pico de 3,31 MWp (2,5 MWac).

A companhia faz parte da Genial Energia Renovável S.A., Holding que agrupa Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs de Usinas Fotovoltaicas, que se encontram em diferentes estágios de constituição.

Em 31 de dezembro de 2023, a UFV Vilhena encontrava-se em fase final de obras.

Eventos Especiais Ocorridos Durante o Exercício:

Emissão de Instrumentos Financeiros

Em 02 de junho de 2023, foi realizada pela Vilhena Energia Renovável S.A., a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública, no montante total de R\$ 10.500, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 160/2022, conforme NE 11.

Aumento de Capital Social

Em junho de 2023, houve aumento de capital da Vilhena Energia Renovável S.A., de R\$ 6 para R\$ 2.600.

2 Base de preparação

2.3 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$), todos os valores apresentados nessas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos acionistas de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 08 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório - CAP. Como os ativos ainda estão em construção, não há depreciação referente ao exercício de 2023.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber:
A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Empresa não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação às aplicações financeiras, a Empresa somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Empresa.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviço. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Empresa possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Empresa não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Empresa entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Empresa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

I. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m. Mudanças nas principais políticas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- IAS 1 – Divulgação de políticas contábeis
- IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. IAS 12 – Tributos sobre o Lucro

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Vida útil do ativo imobilizado
- b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Empresa realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Contas Bancárias à Vista	10	2
Equivalentes de Caixa	<u>610</u>	<u>-</u>
	<u><u>620</u></u>	<u><u>2</u></u>

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas de 99% e (99% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Fundos vinculados

Os valores alocados em fundos vinculados foram acordados durante a emissão de Debêntures junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários em 2023. Esses valores estão listados abaixo, em conta destinada para este fim:

Fundo de Despesas/Obras: recursos correspondentes ao Capex a ser realizado nos projetos, com previsão de liberação mensal de acordo com a evolução físico e financeira dos projetos, e pagamento das despesas recorrentes relacionadas aos financiamentos ao longo de todo o prazo de vigência.

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de despesas/obras	<u>21</u>	<u>-</u>
	<u><u>21</u></u>	<u><u>-</u></u>

7 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recuperar	<u>19</u>	<u>-</u>
	<u><u>19</u></u>	<u><u>-</u></u>

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	<u>13.390</u>	<u>13.390</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>13.390</u>	<u>13.390</u>
Taxa de depreciação - % a.a.		
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	<u>13.390</u>	<u>13.390</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>13.390</u>	<u>13.390</u>

De acordo com as normas contábeis vigentes a Companhia foram capitalizados os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção dos ativos, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2023, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

9 Direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contrato de locação de terreno a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. A taxa de desconto para o contrato vigente é 8,07%a.a.

O balanço patrimonial possui os seguintes saldos decorrentes de direito de uso decorrente de arrendamento:

	31/12/2023	31/12/2022
Direito de Uso - Terrenos	555	-
	<u>555</u>	<u>-</u>
	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>0</u>
Adições	578	578
Amortização	<u>(23)</u>	<u>(23)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>555</u>	<u>555</u>

10 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Materiais e Serviços	4	-
	<u>4</u>	<u>-</u>

11 Financiamentos

Em 02 de junho de 2023, foi realizada pela Vilhena Energia Renovável S.A a 1ª emissão de debêntures simples da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública, no montante total de R\$ 10.500, a qual foi objeto de distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A emissão tem vencimento em 25 de dezembro de 2037 e taxa remuneratória de juros de IPCA + 9,25% a.a. A primeira amortização está programada para março de 2024.

Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamentos	-	10.500	10.500
Transferência principal para circulante	489	(489)	-
Juros incorridos	<u>-</u>	<u>948</u>	<u>948</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>489</u>	<u>10.959</u>	<u>11.448</u>

Garantias

(i) Alienação Fiduciária das Ações; (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e (iv) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada; (v) Fiança cruzada entre Emissoras.

A seguir são apresentadas as estimativas dos vencimentos das amortizações de principal e juros:

Ano	Amortizações
2024	489
2025	807
2026	807
2027	807
2028	807
2029 a 2037	7.731
Total	11.448

12 Obrigações tributárias

31/12/2023

Tributos Federais Retidos na Fonte	32
Tributos Municipais Retidos na Fonte	14
	<u>46</u>

13 Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato vigente de locação de terrenos. Esse contrato de locação, prevê pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV acumulado 12 meses. A taxa de desconto utilizada para ajustar o fluxo ao valor presente é 8,07%a.a.

Abaixo apresentamos os saldos em curto e longo prazo:

31/12/2023

Circulante	
Passivo de arrendamento - Terrenos	57
(-) Ajuste a valor presente	(48)
	<u>9</u>
Não Circulante	
Passivo de arrendamento - Terrenos	1.324
(-) Ajuste a valor presente	(709)
	<u>615</u>
Total	<u>624</u>

Abaixo apresentamos a movimentação do arrendamento a pagar:

Movimentação	Arrendamentos
Em 31 de dezembro de 2022	-
Adições	578
Juros incorridos AVP	46
Em 31 de dezembro de 2023	<u>624</u>

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

	31/12/2023	31/12/2022
Genial Energia Renovável S.A	<u>2.600</u>	<u>6</u>
Total	<u>2.600</u>	<u>6</u>

O capital social da Empresa totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.600, dividido em 2.600.000 (nove milhões e quinhentos) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela acionista Genial Energia Renovável S.A.

15 Despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(50)	
Administradores	(30)	-
Serviços de terceiros	(93)	(3)
Arrendamentos e alugueis	(8)	-
Tributos	-	(1)
Gastos Diversos	<u>(12)</u>	<u>-</u>
	<u>(193)</u>	<u>(4)</u>

16 Tributos diferidos

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Passivo Não Circulante	
	Base de Cálculo	31/12/2023
Diferenças Temporárias		
Despesas/Receitas Capitalizadas - Financiamentos	917	312
Total Diferenças Temporárias	<u>917</u>	<u>312</u>

17 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação é requerida de acordo com o CPC 25.

18 Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

18.1 Fatores de risco

18.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2023
Aplicações financeiras (nota 5)	610
Fundos vinculados (nota 6)	21
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	11.448
Arrendamento a pagar (nota 13)	624

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Empresa, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2023 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2023) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2023.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	610	Baixa CDI	9,00%	55	41	27
Fundos vinculados (nota 6)	21	Baixa CDI	9,00%	2	2	3
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	11.448	Alta CDI	9,00%	1.030	1.288	1.545
Arrendamento a pagar (nota 13)	624	Alta IGPM	4,07%	25	32	38

18.1.2 Risco de crédito

A Empresa não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	620	2
Fundos vinculados (nota 6)	21	-
	<u>641</u>	<u>2</u>

A Empresa não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

18.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 10)	4	4	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	11.448	404	404	807	2.420	7.414
Arrendamento a pagar (nota 13)	624	29	29	57	171	339
	<u>12.076</u>	<u>436</u>	<u>432</u>	<u>864</u>	<u>2.591</u>	<u>7.753</u>

18.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	11.448	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(620)</u>	<u>(2)</u>
Dívida líquida (A)	<u>10.828</u>	<u>(2)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.074</u>	<u>2</u>
Total do capital (B)	<u>12.902</u>	<u>0</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	84%	0%

19 Instrumentos financeiros por categoria

19.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	610	610	Nível 2	-	-	Nível 2
		<u>610</u>	<u>610</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	10	10		2	2	
Fundos vinculados	6	21	21		-	-	
		<u>31</u>	<u>31</u>		<u>2</u>	<u>2</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	10	4	4		-	-	
Empréstimos e financiamentos	11	11.448	11.448		-	-	
Arrendamento a pagar	13	624	624		-	-	
		<u>12.076</u>	<u>12.076</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

20 Eventos subsequentes

Em 13/01/2024, a Vilhena Energia Renovável S.A. conectou sua Usina Fotovoltaica (UFV) à rede da distribuidora. O projeto possui potência instalada de 3,305 MWp, e está localizado no município de Vassouras – RJ.